

Editorial

[10.29073/j2.v9i2.1290](https://doi.org/10.29073/j2.v9i2.1290)

Patrícia Azevedo , Instituto Politécnico do Porto, Portugal, patricia_anjos_azevedo86@hotmail.com.

O presente número do J2 - Jornal Jurídico reúne um conjunto diversificado de contributos que demonstram a pluralidade e a complexidade do Direito contemporâneo, incidindo sobre diferentes áreas e sobre questões que colocam em evidência a necessidade de articulação entre normas, princípios e realidades sociais em constante mutação.

Num contexto marcado pela crescente complexidade das relações jurídicas, pela necessidade de atualização dos regimes normativos e pela importância cada vez maior da jurisprudência, como fonte de Direito, os trabalhos agora publicados permitem uma reflexão transversal sobre temas de Direito Público e Privado, tais como o Direito Penal, o Direito Administrativo, o Direito Civil, em especial, os Direitos Reais, e o Direito do Consumo.

Este conjunto de estudos demonstra, uma vez mais, que a compreensão do fenómeno jurídico exige uma análise atenta, não apenas das normas aplicáveis, mas também da sua evolução, da sua aplicação prática e dos desafios que emergem da realidade social.

No domínio da contratação pública, destaca-se o estudo dedicado à garantia da obra na empreitada de obras públicas, centrado na dualidade de regimes resultante da articulação entre o Código dos Contratos Públicos e o Código Civil. A análise desta matéria permite refletir sobre as relações entre diferentes diplomas legais e sobre as dificuldades que podem surgir quando regimes jurídicos distintos incidem sobre uma mesma realidade, colocando em evidência a importância da segurança jurídica e da adequada delimitação das responsabilidades no âmbito das empreitadas de obras públicas.

A problemática do Direito Predial encontra também expressão neste número, através da análise da cessação dos efeitos do registo predial. Trata-se de uma matéria particularmente relevante para a segurança e estabilidade das relações jurídicas sobre imóveis, evidenciando o papel desempenhado pelo registo na publicidade dos direitos e na proteção da confiança dos titulares e terceiros. A reflexão sobre os efeitos e a cessação desses efeitos contribui, assim, para uma melhor compreensão da função jurídica do registo predial no ordenamento jurídico português.

No âmbito do Direito Penal, um estudo sobre casos de mutilação genital feminina, coloca em discussão a função da intervenção penal perante fenómenos de elevada sensibilidade social e jurídica. A temática em causa permite questionar os limites e a eficácia do recurso ao Direito Penal, bem como a relação entre a tutela de bens jurídicos fundamentais, a prevenção e a dimensão simbólica da criminalização de determinadas condutas. A problemática assume particular relevância quando estão em causa direitos fundamentais e formas de violência que desafiam os mecanismos tradicionais de proteção jurídica.

Também a evolução do próprio sistema sancionatório é abordada no estudo sobre o aparecimento do Direito de Mera Ordenação Social. A autonomização desta realidade face ao Direito Penal constitui um momento relevante na evolução do ordenamento jurídico português, permitindo compreender a construção de um espaço próprio para a reação a comportamentos ilícitos de diferente gravidade. A análise deste percurso contribui para a reflexão sobre a distinção entre ilícito penal e ilícito de mera ordenação social e sobre a função que este último desempenha na organização e regulação da vida em sociedade.

No campo dos Direitos Reais assume particular interesse o estudo da usucapião em propriedade horizontal, através da análise de um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo português. A utilização da jurisprudência como objeto de estudo permite aproximar a reflexão académica da aplicação concreta do Direito, evidenciando as dificuldades interpretativas que podem surgir na articulação entre a aquisição originária de direitos e o regime específico da propriedade horizontal. A análise jurisprudencial constitui, deste modo, um importante

instrumento para compreender a evolução da interpretação jurídica e os seus efeitos na resolução de situações concretas.

A dimensão administrativa e local do Direito está igualmente presente neste número, por intermédio do estudo dedicado à gestão jurídica dos cemitérios pelas juntas de freguesia. A fragmentação normativa e os desafios decorrentes de um regime desatualizado revelam uma realidade em que a atuação das entidades públicas locais pode confrontar-se com dificuldades resultantes da dispersão e da inadequação de determinados instrumentos normativos. Este contributo chama, assim, a atenção para a necessidade de uma reflexão sobre a atualização legislativa e sobre a importância de assegurar respostas jurídicas adequadas às necessidades concretas das comunidades locais.

Por fim, no âmbito do Direito do Consumo, a análise de um acórdão relativo a imóvel defeituoso permite abordar a proteção do consumidor perante situações em que o bem adquirido não corresponde às legítimas expectativas de qualidade e conformidade. A aplicação das normas de proteção do consumidor a negócios relativos a imóveis evidencia a relevância prática deste ramo do Direito e a necessidade de assegurar mecanismos eficazes de tutela dos direitos dos consumidores, particularmente em relações contratuais caracterizadas por significativa complexidade económica e jurídica.

Em conjunto, os artigos que integram este novo número do J2 - Jornal Jurídico proporcionam uma leitura abrangente de diferentes dimensões do ordenamento jurídico português. Em várias áreas do Direito, os contributos aqui reunidos demonstram a diversidade das questões jurídicas contemporâneas e a necessidade de uma análise crítica, rigorosa e interdisciplinar.

Este novo número constitui, assim, um espaço de reflexão sobre a forma como o Direito responde às exigências da sociedade e sobre os desafios que resultam da coexistência de diferentes regimes normativos, da evolução jurisprudencial e da necessidade de atualização legislativa. Mais do que apresentar respostas definitivas, os estudos publicados convidam ao debate e à reflexão sobre a adequação dos instrumentos jurídicos existentes perante problemas concretos e realidades em permanente transformação.

Por fim, e em nome da equipa do J2 - Jornal Jurídico, expresso o mais sincero agradecimento a todos os autores que contribuíram para este número, pela qualidade, rigor e relevância dos seus trabalhos, que enriquecem o debate académico e jurídico. Uma palavra de especial reconhecimento é igualmente devida aos revisores científicos, cujo empenho, exigência e sentido crítico foram fundamentais para assegurar a qualidade e a credibilidade desta publicação. O seu contributo, muitas vezes discreto, permanece essencial para o cumprimento da missão científica e editorial do J2 - Jornal Jurídico.



Declaração Ética

Financiamento: Nada a declarar.

Conflito de Interesse: Nada a declarar.



Todo o conteúdo do *J² — Jornal Jurídico* é licenciado sob [Creative Commons](#), a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.